

# Actuais armadilhas para carnívoros colocam em risco o lince-ibérico

CARLOS DIAS 12/05/2016 - 17:42

Uma equipa internacional publicou um estudo que demonstra a existência de “falhas graves” nas normas que determinam a legalidade de armadilhas para captura de animais.



## TÓPICOS >

[Ambiente](#)

[Animais](#)

[ciência e tecnologia](#)

Margarida Santos Reis, investigadora no Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais (cE3c), com sede na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, defende a “revisão das normas” aprovadas pela *International Organization for Standardization* (ISO) que definem a legalidade das armadilhas para captura de carnívoros a nível mundial. É que estas, apesar de legais por cumprirem as ditas normas, são uma ameaça para algumas espécies em perigo.

Um estudo realizado por uma equipa internacional em que participaram dois investigadores portugueses do cE3c, entre eles Margarida Santos Reis, e acabado de publicar na revista *Biodiversity and Conservation* sustenta que as armadilhas legalizadas pelas normas ISO “não estão preparadas para capturar apenas a espécie-alvo”, anomalia que pode vir a causar o “declínio ou mesmo extinção de espécies ameaçadas” como o lince-ibérico.

As normas ISO, e em particular a norma adoptada para a selectividade de uma armadilha, “apresentam falhas graves”. Margarida Santos Reis salienta, em comunicado, que para a ISO “a definição de selectividade consiste apenas na razão entre o número de animais capturados da espécie-alvo e o número total de animais capturados”. No entanto, esta definição não tem em conta a “abundância relativa de espécies alvo e não-alvo”. Por outro lado, prossegue a investigadora, “a composição e a abundância relativa das espécies numa dada área podem não ser representativas de outros locais”.

Os investigadores compararam, no estudo realizado, a norma de selectividade da ISO com o índice de Savage (um índice de selectividade comum em aplicações ecológicas relacionadas com a selecção de recursos) que foi utilizado em cinco cenários hipotéticos. Foram ainda considerados diferentes níveis de abundância relativa de quatro espécies de mamíferos carnívoros considerados comuns em ambientes mediterrâneos. Os resultados obtidos demonstraram que o índice de selectividade da ISO “conduz a resultados incorrectos” face ao índice de Savage. Além disso, ficou demonstrado como é “fundamental ter informação de qualidade sobre a ocorrência das espécies e a sua abundância relativa para determinar a selectividade de uma armadilha”.

Os autores do estudo realçam “a necessidade de reavaliar as armadilhas já existentes” assim como “o desenvolvimento de novas armadilhas”, de acordo com as novas normas. Alertam ainda para a exigência que deve ser colocada aos investigadores de vida selvagem com experiência em armadilhas de animais. Devem ter “o mesmo grau de envolvimento na elaboração destas normas que os decisores políticos”, acentuam.

Margarida Santos Reis acrescenta que é “essencial e urgente” a revisão das normas ISO. A intervenção imediata que é proposta surge associada a uma outra preocupação dos investigadores: apesar de as armadilhas não selectivas para captura de mamíferos carnívoros terem sido oficialmente banidas da Europa nos anos 1970, “continuam a ser utilizadas um pouco por todo o mundo, o que representa uma ameaça para a conservação de predadores como ursos, lobos e linces”. Desde 1999 que a ISO determina a legalidade das armadilhas para a captura de animais.